

# Congresso vota seu aumento e deixa mínimo para depois

1 DEZ 1988

1 DEZ 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

Ao invés de aprovarem até o novo valor do salário mínimo, de acordo com o que estabelece a Constituição, os deputados e senadores preferiram aprovar um projeto de decreto legislativo regulamentando sua própria remuneração, que em dezembro passa para Cz\$ 4 milhões. Foi a sessão que obteve o maior quorum nesse esforço concentrado do Congresso Nacional que, desde que está reunido, há 12 dias, não conseguiu aprovar nenhuma matéria de relevância e nem de regulamentação da nova Constituição.

A aprovação do projeto regulamentando a remuneração dos parlamentares, que não recebem há 45 dias, foi uma manobra dos partidos de centro-direita da Câmara, tendo a frente o PFL, PDS e PMDB. Esses partidos e as lideranças de esquerda haviam feito um acordo para desobstruir a votação

do esforço concentrado do Congresso que implicava em se aprovar a urgência para a tramitação do projeto de salário mínimo, exigência da esquerda, em troca da tramitação em regime de urgência de matérias como a regulamentação da lei de greve e a regulamentação da remuneração. A manobra ficou clara ontem, quando até o PFL preferiu adiar a votação de 10 medidas provisórias para agilizar a votação, já que a ordem do dia estabelecia a apreciação também de 4 vetos presidenciais à projetos de lei da Câmara e do Senado.

Numa demonstração "rara de abnegação", deputados e senadores conseguiram ficar no plenário até a madrugada de hoje para ver o projeto apreciado. A esquerda — PDT, PT, PCB, PC do B e PSB — tentou obstruir a votação, sentindo o peso da responsabilidade de aprovarem uma remuneração para de-

putados e senadores enquanto que deixavam de apreciar um projeto de salário mínimo de Cz\$ 61 mil, que vem causando rebuliço em setores conservadores.

O deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) chegou a lembrar a deputados e senadores: "Lamento que esta Casa não tenha aprendido com a lição que acabou de receber das urnas, ao votar em causa própria". Risinhos e apupos eram ouvidos no plenário. Brandão lembrou ainda a resistência do PFL em votar o salário mínimo este ano, deixando que o Executivo regulamentasse a matéria por medida provisória. Luís Salomão, também do PDT, disse que as esquerdas são freqüentemente traídas pelos acordos com a direita. O projeto prevê um desconto de 45 por cento sobre a remuneração total dos vencimentos dos parlamentares. (Luis Eduardo Costa).